

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.184 - RJ (2019/0228776-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EURICO DE CASTRO MONTEIRO JUNIOR - RJ050295
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : GEROARTI ARAUJO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GEROARTI ARAÚJO DE SOUZA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado:

APELAÇÃO. Artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, em concurso material. RECURSO DEFENSIVO. Absolvição por ambos os delitos. Aplicação da minorante do artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06, na fração máxima. Abrandamento do regime prisional. Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

1. A ausência de dúvidas acerca da materialidade e da autoria do crime de tráfico, à vista da segura prova oral produzida, além da quantidade droga apreendida, embalada para venda, somadas às demais circunstâncias da prisão - policiais militares em averiguação de denúncia anônima, depararam-se com o réu, cujas características físicas e vestimentas coincidiam perfeitamente com aquelas, detalhadamente, fornecidas, não arrecadando qualquer material ilícito na posse deste, mas, conforme mencionado na denúncia, dirigiram-se ao muro, apreendendo, nos buracos dos tijolos, sacolés de cocaína, merecendo relevo o fato de que, a despeito de negar a confissão extrajudicial, o acusado, no interrogatório, admitiu ser conhecido pelo apelido "22", sendo este o vulgo de traficante da área, como informado pelos policiais, que apenas não tinham conhecimento de que se referisse à pessoa do apelante -, indicam destinavam-se as drogas ao tráfico ilícito, elementos suficientes a invalidar o pedido de absolvição pelo delito do artigo 33, da Lei 11.343/06.

2. Para a configuração do crime de associação para o tráfico ilícito de drogas, previsto no artigo 35, da Lei 11.343/06, é imprescindível a verificação do elemento subjetivo do tipo, qual seja, o *animus* associativo, consubstanciado na convergência de vontade dos agentes em se unirem de forma reiterada ou não, com a finalidade de exercer o referido comércio, o que, no caso concreto, ficou evidentemente comprovado. Anote-se que, a prova produzida demonstra que, o apelante exercia a função de "vapor", recebendo a "carga" de entorpecentes de outros traficantes e, após a venda, prestava contas, entregando os valores recebidos e auferindo pagamento pela atividade ilícita,

Superior Tribunal de Justiça

evidenciando atuava como intermediário na mercancia ilícita de drogas, associado a outros indivíduos.

3. O artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06 é claro quanto aos requisitos para se operar a redução das penas, referindo-se, não somente, à primariedade e bons antecedentes do agente, mas, também, ao seu não envolvimento em atividade ou organização criminosas e, na presente hipótese, o acusado não os preenche em sua integralidade, eis que associado aos demais traficantes que atuam na localidade, dos quais recebia as drogas e aos quais prestava contas.

4. Incabível o abrandamento do regime prisional. Não se desconhece das decisões emanadas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que somente a hediondez do delito não justifica a imposição do regime inicial fechado. Importa salientar que, se trata de crime que vêm gerando maior instabilidade em nossa sociedade, a cada dia, levando medo, violência e intranquilidade a todos, clamando a sociedade por medidas mais eficazes ao restabelecimento da ordem pública, sendo certo que, na hipótese concreta, as circunstâncias da prisão, o justificam, porquanto evidenciam que, regime mais brando, não será suficiente à ressocialização e reeducação do condenado.

5. Não há suporte à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, face ao *quantum* de pena reclusiva finalizada, superior a 4 anos. RECURSO DESPROVIDO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais 1200 dias-multa, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei de Drogas.

Ato seguinte, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual lhe negou provimento.

Alega a impetrante, em síntese, que não há provas suficientes da intenção associativa – estabilidade e permanência –, a fim de se configurar o delito descrito no art. 35 da Lei 11.343/06.

Ademais, afirma que a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06 deve ser aplicada em sua fração máxima.

Requer, liminarmente e no mérito, a absolvição quanto ao delito previsto no art. 35 da Lei 11.343/06, bem como a incidência da redutora do tráfico privilegiado no máximo legal.

Indeferida a liminar, prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

No que toca ao pleito de absolvição pelo delito de associação para o tráfico, tem-se que a Corte de origem manteve a condenação, nos seguintes termos (fls. 65-68):

Induvidosas a materialidade e autoria dos crimes, demonstradas pelo Auto de

Superior Tribunal de Justiça

Prisão em Flagrante (Doc. 000006), Auto de Apreensão (Doc. 000017), e Laudo de Exame de Entorpecente (Doc. 000018), bem como pela segura prova oral.

À Autoridade Policial, o ora apelante confessou os crimes, informando exercia a função de “vapor” e estaria ligado a outros traficantes, membros da facção criminosa ADA, com os quais pegava o entorpecente e prestava contas.

Relatou “QUE no dia de hoje, 04/10/2018, quarta-feira, por volta das 15h30 min., o declarante informa que estava na Rua L, Morro do São Jorge, em frente a Padaria, nesta cidade, rendendo Cocaína de R\$25,00; QUE o declarante informa que guardava a carga em local incerto, próximo a ele, mas deixava em torno de 05 papелotes de cocaína entocado dentro de um buraco de um muro em frente a ele; QUE nesse local os Policiais Militares encontraram 05 sacolés de Cocaína; QUE o declarante informa que **estava de plantão como vapor** e que o seu plantão iria até às 19 hs do dia de hoje; QUE vendia cada sacolé de cocaína por R\$25,00; O declarante informa que havia vendido parte da carga, prestado contas para o tráfico (entregado o dinheiro da venda) e estava esperando uma mora carga quando foi abordado pelos Policiais Militares; QUE o declarante esclarece que ganhar R\$200,00 por semana e que **estava fazendo 02 meses na Facção Criminosa ADA**; QUE relata que desde os 11 anos que faz parte do tráfico de drogas, inicialmente na cidade de Rio de Janeiro (Doc. 000014).

No interrogatório, negou a imputação. Relatou que os policiais, inicialmente, não o abordaram, revistando um “menino”. Depois, em busca pessoal, os agentes públicos encontraram maconha com o interrogando, vez que é usuário. Destacou que havia outra pessoa no local, naquele momento, sendo ela a responsável pelo tráfico de drogas. Foi, então, algemado e colocado no interior da viatura, enquanto os policiais continuaram a busca por entorpecentes. Vieram com sacolés de cocaína e indagaram a quem pertenceria. Contou que o “garoto” que havia detido disse que atuava na “boca de fumo” e queria saber se tinha “desenrolo”. O policial pediu R\$2.000,00, soltando o tal “menino” para que trouxesse o dinheiro. O interrogando permaneceu na viatura, mas o “menino” não retornou. Esclareceu já conhecia o policial militar Diogo, que o abordara anteriormente em um baile, tendo o liberado. Negou ter confessado a atuação no tráfico ao prestar declarações na Delegacia de Polícia, salientando que apenas disse era usuário de maconha e oriundo de Rio das Ostras, apesar de reconhecer a sua assinatura aposta no respectivo termo. Afirma não ter qualquer envolvimento com a facção criminosa ADA e que os policiais chegaram a lhe pedir R\$500,00 para sua liberação. Disse trabalhava apenas nos finais de semana, como chapeiro, e não tinha carteira assinada. Informou mora nas Malvinas e foi ao Morro de São Jorge para ver o filho, que ali reside com a ex-esposa do interrogando. Registrou que seus parentes têm envolvimento com o tráfico de drogas, acreditando que ficou detido porque o policial Diogo mencionou o nome do primo do depoente. Confirmou é conhecido por seu apelido, que é “22”, eis que as pessoas não conseguem falar seu nome direito (gravação audiovisual).

Por outro lado, os relatos dos agentes públicos responsáveis pela apreensão

das drogas dão certeza à imputação.

O Policial Militar Felipe da Silva Machado, tanto em sede inquisitória quanto em Juízo, relatou recebeu determinação para averiguar denúncia anônima dando conta de que haveria um indivíduo vendendo drogas em determinada localidade, sendo descritas as características físicas e as vestimentas. Na localidade indicada, sua guarnição se deparou com o réu, cujas características e vestes coincidiam com aquelas mencionadas.

Em revista, nada de ilícito foi encontrado em sua posse. O colega de farda ficou com o apelante, enquanto o depoente foi até o outro lado da rua, no lugar mencionado na denúncia. Ali, dentro de uns buracos num muro de tijolo, arrecadou droga. O réu admitiu a atuação no tráfico, explicando que não havia mais entorpecente, porque era o final da “carga”. O depoente frisou que a área é controlada pela facção criminosa ADA e que o acusado revelou ter vindo de Rio das Ostras e atuava no tráfico dali há alguns meses.

Contou que não conhecia o réu, mas não teve dúvida ao avistá-lo, porque a denúncia anônima era muito precisa fornecendo detalhes das características físicas e das vestes, contando, inclusive, o esconderijo do entorpecente (Doc. 000010 e gravação audiovisual).

No mesmo sentido são as declarações do colega de farda Diogo Fonseca Teixeira, que corroborando o relato apresentado em sede policial, aduziu em Juízo que, no momento da abordagem havia somente o réu e, posteriormente, chegou um rapaz, indagando o que havia ocorrido. Mencionou tinha ciência de que pessoa com o vulgo “22” atuava como traficante, mas o depoente não o associava à pessoa do réu (doc. 000012 e gravação audiovisual).

A Defesa não produziu prova oral.

Importa anotar que, não há mais que se discutir a validade dos depoimentos dos agentes públicos, se coerentes entre si e com o conjunto probatório, como se vê na espécie, não restando evidenciado qualquer motivo para quererem, os citados policiais, despropositadamente, prejudicar o réu, incidindo o entendimento consolidado nos Tribunais pátrios, inclusive nesse, pela Súmula 70.

Desse modo, a segura prova oral produzida, além da quantidade de droga apreendida, embalada para venda, somadas às demais circunstâncias da prisão – policiais militares em averiguação de denúncia anônima, depararam-se com o réu, cujas características físicas e vestimentas coincidiam perfeitamente com aquelas, detalhadamente, fornecidas, não arrecadando qualquer material ilícito na posse deste, mas, conforme mencionado na denúncia, dirigiram-se ao muro, apreendendo, nos buracos dos tijolos, sacolés de cocaína, merecendo relevo o fato de que, a despeito de negar a confissão extrajudicial, o acusado, no interrogatório, admitiu ser conhecido pelo apelido “22”, sendo este o vulgo de traficante da área, como informado pelos policiais, que apenas não tinham conhecimento de que se referisse à pessoa do apelante -, indicam destinavam-se as drogas ao tráfico ilícito, elementos suficientes a invalidar o pedido de absolvição pelo delito do artigo 33, da Lei 11.343/06.

Ressai, ainda, da prova colhida, a configuração do crime de associação para o tráfico ilícito de drogas, previsto no artigo 35, da Lei 11.343/06, para o qual é imprescindível a verificação do elemento subjetivo do tipo,

qual seja o animus associativo, consubstanciado na convergência de vontade dos agentes em se unirem de forma reiterada ou não, com a finalidade de exercer o referido comércio, o que, no caso concreto, ficou evidentemente comprovado.

Anote-se que, a prova produzida demonstra que o apelante exercia a função de “vapor”, recebendo a “carga” de entorpecentes de outros traficantes e, após a venda, prestava contas, entregando os valores recebidos e auferindo pagamento pela atividade ilícita, evidenciando atuava como intermediário na mercancia ilícita de drogas, associado a outros indivíduos.

No entender dessa julgadora, a situação fática evidencia que o apelante estava associado, **de forma estável e permanente**, a indivíduos ainda não identificados.

Mantém-se, assim, a condenação do recorrente pelo crime previsto no artigo 35, da Lei 11.343/06.

Com efeito, as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, entenderam estarem demonstradas a estabilidade e permanência da associação, elementos indispensáveis para a condenação do paciente pelo crime do art. 35 da Lei n. 11.343/06, destacando que *a prova produzida demonstra que o apelante exercia a função de “vapor”, recebendo a “carga” de entorpecentes de outros traficantes e, após a venda, prestava contas, entregando os valores recebidos e auferindo pagamento pela atividade ilícita, evidenciando atuava como intermediário na mercancia ilícita de drogas, associado a outros indivíduos.*

Nesse contexto, tem-se que chegar a entendimento diverso implicaria o revolvimento do contexto fático-probatório, inviável em sede de *habeas corpus*. Veja-se, a propósito, o seguinte julgado (com destaques):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DEPOIMENTO DE AGENTE POLICIAL COLHIDO NA FASE JUDICIAL. CONSONÂNCIA COM AS DEMAIS PROVAS. VALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. As instâncias ordinárias, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos, concluíram pela existência de elementos concretos e coesos a ensejar a condenação do ora agravante pelo crime de associação para o tráfico, de modo que, para se concluir pela insuficiência de provas para a condenação, seria necessário o revolvimento do suporte fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado em recurso especial, a teor do Enunciado Sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. São válidas como elemento probatório, desde que em consonância com as demais provas dos autos, as declarações dos agentes policiais ou de qualquer

Superior Tribunal de Justiça

outra testemunha. Precedentes.

3. *Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 875.769/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 14/3/2017.)

Assim, mantida a condenação pelo ilícito de tráfico de drogas, inviável a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, ante o não preenchimento dos requisitos legais, tal como afirmado pelo Tribunal de origem (fl. 68).

Quanto ao pleito de abrandamento do regime inicial, nota-se que o modo fechado foi mantido, com os seguintes fundamentos (fls. 68-69):

Melhor sorte não assiste à nobre Defesa quanto ao pleito de abrandamento do regime prisional, vez que, de acordo com o artigo 5º, XLIII, da Constituição da República, o crime de tráfico ilícito de drogas é equiparado a hediondo, cumprindo, pois, aplicar os ditames da Lei 8.072/90, que em seu artigo 2º, §1º, impõe o regime prisional inicialmente fechado, justamente, pela maior reprovabilidade que merecem tais condutas, independentemente da pena aplicada.

Registre-se que, com o advento da Lei nº 11.464/07, a redação original do aludido dispositivo foi alterada e, por conseguinte, passou-se a permitir a progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados, mas com a ressalva de que a pena deve ser “cumprida inicialmente em regime fechado”. Não se desconhece das decisões emanadas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que somente a hediondez do delito não justifica a imposição do regime inicial fechado.

Ocorre que, não obstante o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o HC n.º 111.840/ES, tenha declarado inconstitucional a atual redação do referido dispositivo, de modo a afastar a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados, entendendo que se deva observar, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o disposto nos artigos 33 e 59, ambos do Código Penal, esta decisão foi prolatada em sede de controle difuso de constitucionalidade, cujos efeitos são inter partes, e não possuem força vinculante, devendo, pois, analisar-se o caso concreto.

Importa salientar que, se trata de crime que vêm gerando maior instabilidade em nossa sociedade, a cada dia, levando medo, violência e intranquilidade a todos, clamando a sociedade por medidas mais eficazes ao restabelecimento da ordem pública, sendo certo que, na hipótese concreta, as circunstâncias da prisão o justificam, porquanto evidenciam que, regime mais brando, não será suficiente à ressocialização e reeducação do condenado.

Como se vê, o regime inicial fechado foi fixado com base na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas, bem como na hediondez.

Ocorre tal previsão legal foi declarada inconstitucional, *incidenter tantum*, pelo Plenário do STF no julgamento do HC n. 111.840/ES (Rel. Min.

Dias Toffoli), sendo, a partir de então, afastada a obrigatoriedade de imposição de regime inicial fechado, aos condenados por crimes hediondos ou equiparados, tendo lá ficado consignado que as regras do art. 33 do CP deveriam ser utilizadas também na fixação do regime prisional inicial dos crimes hediondos e equiparados, daí o constrangimento ilegal.

O § 3º do art. 33 do CP estabelece que a *determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código*. Ou seja, exige-se fundamentação concreta para a fixação de regime inicial mais gravoso do que a pena aplicada permite, nos termos do disposto das Súmulas 440/STJ e 718 e 719/STF, *ad litteram*:

Súmula 440/STJ: Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta com base apenas na gravidade abstrata do delito.

Súmula 718/STF: A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

Súmula 719/STF: A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

Cito, a propósito, os seguintes precedentes:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. RÉU QUE SE DEDICA A ATIVIDADES CRIMINOSAS. ALTERAÇÃO DESSE ENTENDIMENTO. REEXAME DE PROVAS. REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO (FECHADO). GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. SÚMULA 440/STJ. MANIFESTA ILEGALIDADE VERIFICADA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO. AUSÊNCIA DO PREENCHIMENTO DO REQUISITO OBJETIVO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

4. Na identificação do modo inicial de cumprimento de pena, necessário à prevenção e à reparação da infração penal, o magistrado deve expor motivadamente sua escolha, atento às regras estabelecidas no art. 33 do Código Penal.

5. Hipótese em que a Corte de origem fixou o regime inicial mais gravoso, com fulcro na gravidade abstrata do delito, em manifesta afronta ao entendimento firmado nas Súmulas 440 do STJ e 718 e 719 do STF.

6. Fixada a pena definitiva em 5 anos de reclusão, verificada a primariedade do agente e sendo favoráveis as circunstâncias judiciais, o regime semiaberto é o cabível para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade, nos termos do art. 33, § 2º, "b", e § 3º, do Código Penal (Precedentes).

[...]

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para fixar o regime semiaberto como o inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade.

(HC 324.926/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 07/12/2016)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006. PACIENTE CONDENADO À PENA CORPORAL DE 4 ANOS, 6 MESES E 2 DIAS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. PLEITO DE RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, PREVISTO NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INVIABILIDADE. QUANTIDADE E NOCIVIDADE DA DROGA APREENDIDA E CIRCUNSTÂNCIAS QUE INDICAM A DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS. REPRIMENDA MANTIDA. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 44 DO CÓDIGO PENAL. REGIME PRISIONAL FECHADO. REFERÊNCIA À HEDIONDEZ E À GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA. PRIMARIEDADE E MONTANTE DA PENA QUE ENSEJAM O REGIME INICIAL SEMIABERTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

- O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 27/7/2012, ao julgar o HC 111.840/ES, por maioria, declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.072/1990, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 11.464/2007, afastando, dessa forma, a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados.

- O regime mais gravoso que o patamar de pena aplicada pode ser estabelecido, desde que haja fundamentação específica, com base em elementos concretos extraídos dos autos, a teor das Súmulas 440/STJ e 718 e 719/STF.

- Hipótese em que o regime fechado foi estabelecido pelo acórdão recorrido com base apenas na hediondez e na gravidade abstrata do delito, evidenciando a ocorrência do constrangimento ilegal alegado pela defesa. Dessa forma, tendo em vista a primariedade do acusado, a análise favorável dos vetores do art. 59 do CP e a pena de 4 anos, 6 meses e 2 dias de reclusão, o regime inicial semiaberto é o que mais se adequa à hipótese, consoante dispõe o art. 33, § 2º, "b", do Código Penal.

- Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, apenas para modificar o regime inicial de cumprimento da pena para o semiaberto.

(HC 306.019/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016)

Superior Tribunal de Justiça

Assim, apesar de as penas-bases dos crimes terem sido fixadas acima do mínimo legal, o que permitiria a escolha do modo prisional mais gravoso, a ausência de indicação expressa de fundamento concreto, enseja a concessão da ordem para o abrandamento do regime inicial.

Desse modo, tendo em vista a pena final estabelecida em patamar superior a 4 anos e inferior a 8 anos de reclusão - 8 anos de reclusão -, faz jus ao regime semiaberto, em conformidade com o art. 33, § 2º, *b*, do Código Penal.

Por fim, mantida a pena final em patamar superior a 4 anos de reclusão, inviável a conversão da pena privativa em restritiva, pelo não atendimento do quesito objetivo previsto no art. 44, do CP.

Ante o exposto, concedo, em parte, o *habeas corpus* para alterar o regime inicial para o semiaberto.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator